

# Carreira pública valoriza atuação da categoria



Jornal do Engenheiro

**Senado aprova projeto que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado atividades exercidas por engenheiros. Medida é considerada fundamental para reconhecimento profissional. Falta agora sanção da Presidência da República.**

**Página 5**

Engenheiro da Prefeitura de São Paulo (à direita, em pé) supervisiona trabalho em calçada em frente ao estádio Itaquerão, na Capital.







# A UM PASSO DA CARREIRA PÚBLICA

**Eng. Murilo Celso  
de Campos Pinheiro**  
*Presidente*

NO DIA 5 DE NOVEMBRO, os engenheiros tiveram uma importantíssima vitória. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara 13/2013, que cria a carreira de Estado para a nossa categoria. O texto acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

A matéria aguarda agora sanção da presidente Dilma Rousseff, em cuja compreensão quanto à importância desses trabalhadores estamos confiantes. A medida traz sem dúvida alguma a valorização dos profissionais, que passam a ter a possibilidade de vislumbrar uma carreira estável na qual possam ascender e exercer em condições adequadas as suas atividades. Porém, é também um avanço valioso para o País, que passa a ter o instrumento para dotar municípios, estados e a União de quadros imprescindíveis ao desenvolvimento e ao bem-estar da população. Trata-se de garantir que o Estado esteja apto a planejar, executar e fiscalizar obras e projetos defendendo o interesse público.

A criação da carreira pública para engenheiros e profissionais afins, agora aprovada na Câmara dos Deputados e nas comissões do Senado, já foi defendida por importantes autoridades. Uma delas, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Rezek, que, em 23 de outubro de 2013, afirmou em entrevista ao jornal da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE): “Não há a menor dúvida de que o serviço público só teria a ganhar com a construção de carreiras de Estado outras que aquelas que tradicionalmente já existem, como militar, diplomática, do Fisco. Tenho a impressão que isso tem alguma modernidade, que em algumas sociedades muito evoluídas, como as dos países escandinavos, já temos carreiras de Estado no domínio da engenharia, da medicina. Ou seja, nas funções exigentes de nível universitário e nas quais é indispensável atuação do Estado, em que não se pode deixar só por conta do mercado.” Mais recentemente, em evento realizado no SEESP em 17 de setembro, o vice-presidente da República, Michel Temer, também declarou seu apoio à medida: “Vejo com muito bons olhos a matéria, até porque os

*Senado aprova projeto que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado atividades exercidas por engenheiros. Falta agora sanção da Presidência da República.*

engenheiros têm um papel de grande relevância para o País”, afirmou. Vale frisar que essa é uma vitória fundamental da FNE e de seus sindicatos filiados, entre eles o SEESP. As entidades trabalharam pelo apoio dos parlamentares ao projeto, acompanharam cuidadosamente sua tramitação. Em 7 de agosto de 2013, o PLC havia passado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, após audiência da federação com a relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS). O mesmo esforço de demonstrar a importância da proposta e a sua legalidade foi feito junto ao relator na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e demais membros da comissão. Continuaremos agora na batalha para que seja sancionado pelo Executivo.



**JORNAL DO ENGENHEIRO** — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 30 de novembro de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A  
**ANATEC**  
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS





**Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?**

**Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.**

**Anuncie aqui!**

**(11) 99173-0651**

**(11) 3284-9880**

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

# INTERNET RÁPIDA EXIGE FIBRA ÓPTICA

Celso Renato de Souza, Carlos Shiniti Saito e Marcondes de Oliveira Buarque

ESTÁ EM DISCUSSÃO no Brasil e foi tema importante da campanha para eleição presidencial a necessidade de dotar o País da infraestrutura à universalização do acesso à internet de banda larga. Isso porque estar conectado à rede mundial de computadores é hoje essencial para que o cidadão possa acionar inúmeros serviços públicos ou privados, obter informação e entretenimento. Além disso, a conectividade é considerada fundamental à educação e aos negócios.

Em debate realizado no SEESP, em 9 de setembro último, a presidente Dilma Rousseff afirmou ser necessário fazer investimentos públicos e privados em fibra óptica para dar conta dessa demanda. A avaliação, a nosso ver, está correta, pois essa rede oferece capacidade de suportar serviços de comunicação de dados, voz e imagens nas velocidades de 1MBps até 10GBps, com alta quali-



dade, disponibilidade e proteção. Esses serviços podem ser ponto a ponto ou ponto-multiponto até o usuário final, ou seja a população mais distante do Brasil. As redes podem ser aéreas, utilizando-se as estruturas existentes das concessionárias de energia elétrica, ou subterrâneas. Esse meio físico, atualmente, é um dos mais eficientes, uma vez que as informações trafegam livres de influências eletromagnéticas, portanto, sem limitação em função da relação sinal e ruído. Outras possibilidades são cabos convencionais de metal ou coaxiais, rádios digitais e satélite, mas sem oferecer a mesma qualidade.

Outro ponto importante nessa questão é assegurar que o usuário receba o serviço com a

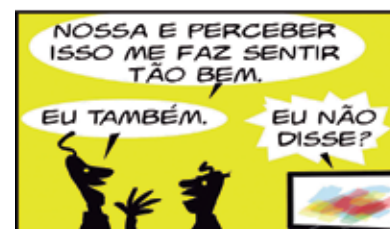
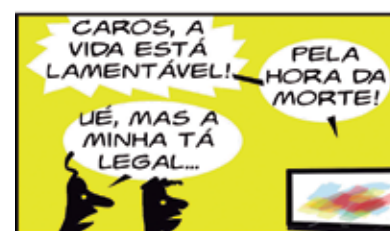
qualidade que lhe foi prometida. Atualmente, as velocidades máximas de *download* e *upload* apenas são garantidas para o acesso às redes das operadoras. A regra exclui da responsabilidade dessas empresas a lentidão causada por fatores considerados externos, como a quantidade de pessoas conectadas ao mesmo tempo ao provedor de acesso, capacidade de processamento do computador, qualidade e extensão da fiação interna do ambiente do imóvel e distância da central com a infraestrutura mais próxima da operadora.

Para os aspectos nos quais é dever da operadora garantir o desempenho da internet, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) determina, desde 1º de novembro, entrega mensal, em média, de 80% da velocidade contratada pelos usuários. Em outras palavras, na contratação de um plano de 10MBps, a média mensal de velocidade deve ser de, no mínimo, 8MBps. A velocidade instantânea – aquela aferida pontualmente em uma medição – deve ser de, no mínimo, 40%, ou seja, 4MBps. Com isso, caso a prestadora entregue apenas 40% da velocidade contratada por vários dias, terá de, no restante do mês, entregar uma velocidade alta ao usuário para atingir a meta mensal de 80%.

Confira versão completa do artigo no link: <http://goo.gl/mOtsXP>

Celso Renato de Souza e Carlos Shiniti Saito são diretores do SEESP e membros do Grupo de Trabalho em Telecomunicações do Conselho Tecnológico do sindicato. Marcondes de Oliveira Buarque é vice-diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

TUDO VAI MAL...







# Software livre já é realidade para usuário final

Deborah Moreira

ESPECIALISTAS E CIDADÃOS comuns ouvidos pelo **Jornal do Engenheiro** são unânimes: é um mito afirmar que *software* livre é só para quem é entendido no assunto. Além de empresas, muitos usuários domésticos podem se valer de suas vantagens: redução de custos com pagamento de licenças, impedimento da pirataria, maior velocidade por serem mais leves e maior segurança, uma vez que os vírus em sua maioria são feitos para sistemas operacionais proprietários.

“Hoje, existem várias versões alternativas ao Windows. O Linux (*sistema operacional de código aberto*) é empacotado em vários ‘sabores’, o que a gente chama de distribuição. Duas delas são mais amigáveis: Ubuntu e Linux-Mint, mais fáceis de instalar e adaptar”, explica o professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) Sérgio Amadeu. E continua: “As comunidades defendem o compartilhamento do conhecimento e, antes, acreditavam que todo o mundo tinha que aprender tudo, por isso não se preocupavam com a estética, em desenvolver interfaces mais amigáveis. Não é uma má ideia, mas torna inacessível.” Isso mudou no final dos anos 1990.

O *software* já nasceu livre. Sua lógica foi alterada há cerca de 40 anos, quando algumas empresas aproveitaram a natureza dualista do código fonte – uma linguagem mais perceptível para o usuário e outra que conversa com a máquina – e passaram a entregar aplicação executável. “A partir disso, criaram produtos e passaram a vender suas licenças. Isso animou uma grande indústria,

que se consolidou com monopólios”, esclarece Sady Jacques, coordenador-geral da Associação de Software Livre.org. “Ou seja, o movimento do *software* livre vem para resgatar sua natureza”, enfatiza.

## Adeptos

Essa filosofia encantou a aposentada Vera Cavalcante, 58 anos, no início dos anos 2000, quando teve a oportunidade de participar da migração dos sistemas e aplicações no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). “Era da área administrativa, mas sempre fui xereta. Começamos a usar o pacote de escritório OpenOffice em 2003, mas ainda com Windows”, recorda. OpenOffice é uma das versões de editores de texto e outras tarefas de escritório de *software* livre. Em 2009, quando a Oracle comprou a Sun, que fazia o programa, a comunidade decidiu iniciar outro projeto, o LibreOffice, que já está na versão 4.3 e disponível em mais de 30 idiomas. Cavalcante pegou gosto e passou a colaborar com a comunidade brasileira com revisões da documentação e divulgação do programa a partir da revista especializada *LibreOffice Magazine*, da qual é editora. A aposentada se tornou referência. Ela mantém dois sistemas operacionais no computador (*dual boot*): Ubuntu e Windows. E faz questão de mencionar: “*Software* livre não é sinônimo de gratuidade ou ilegalidade. A grande maioria dos seus aplicativos funciona também em Windows, além de Linux e Mac. Uso para revisar versões anteriores que rodam em Windows e para abrir um leitor de livros digitais específico.”

O Serpro atualmente tem 5.700 estações de trabalho com Linux. Outras 2 mil possuem Linux e Windows. “Algumas máquinas acabaram retornando ao Windows para rodar aplicações de terceiros, como pagamento de impostos a prefeituras. Na comunicação, tem uma máquina com Windows por conta do Corel. Mas usamos bastante Gimp e Blender (*editores de imagem*)”, lembra Deivi Kuhn, que ficou responsável pela migração no Serpro e atualmente é coordenador estratégico de comunicação social. Para ele, a mudança valeu a pena, já que “as máquinas

## Da teoria à prática

Hoje encontram-se diversas opções de *softwares* livres para baixar na internet, com tutoriais, explicações detalhadas, por escrito ou em vídeo-aula.

Para baixar:

[www.sejalivre.org/downloads/](http://www.sejalivre.org/downloads/)  
[www.vivaolinux.com.br/download-linux/](http://www.vivaolinux.com.br/download-linux/)  
[www.opensourcealternative.org](http://www.opensourcealternative.org)  
[www.linuxmint.com.br/download](http://www.linuxmint.com.br/download)

Quem preferir, pode consultar primeiro uma comunidade específica, um técnico especializado em Linux ou empresa. Cada comunidade possui um fórum em que é possível interagir com os integrantes, como do LibreOffice (<http://ask.libreoffice.org/pt-br/questions>) e do Ubuntu (<http://ubuntuforum-br.org>). Faça o teste e descubra qual programa é mais indicado para você: <http://twixar.me/NHh>.

com Linux são mais estáveis, mais seguras, dão menos problema, são menos propensas a vírus, além de mais econômicas”.

A engenheira civil Haydee Svab, 33 anos, também usa Ubuntu e LibreOffice, além do Debian, outro sistema operacional, desde 2009. “No LibreOffice é possível fazer macros, como em Excel. Quem mexe com planilhas de maneira avançada, se dá muito bem com esse programa”, conta ela, que ainda acessa Windows uma vez ao mês para usar o AutoCAD. Svab explica que existem outros programas do tipo CAD, como LibreCAD e OpenSCAD, mas ainda pouco difundidos comercialmente. “O grupo de que faço parte chegou a desenvolver uma biblioteca chamada LibreDWG, cujo objetivo é facilitar esse intercâmbio entre os arquivos de extensão dwg e os *softwares* de CAD livres. Mas os proprietários mantêm você preso, não permitem a abertura de outras extensões. O LibreOffice só deslançou quando passou a ler e salvar em .doc, com muita engenharia reversa”, observa ela, que faz parte do PoliGNU, formado por estudantes dos cursos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).



Arquivo pessoal Vera Cavalcante

Vera Cavalcante encantou-se com *software* livre e passou a colaborar com comunidade brasileira.

# ENGENHEIROS OBTÊM *vitória* NO SENADO

Soraya Misleh

PASSO IMPORTANTE à remuneração justa e valorização profissional dos engenheiros – bandeiras do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) – foi dado neste mês de novembro. No dia 5, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13/2013, que institui a carreira de Estado para engenheiros (inclusive agrônomos) e arquitetos que atuam como efetivos no serviço público federal, estadual e municipal. Para tanto, acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Aprovada por oito votos a seis, a matéria segue agora para sanção presidencial. Relator na CCJ, o senador Romero Jucá (PMBD-RR) observa que o prazo máximo para tanto é “de 15 dias corridos” a partir do recebimento pela presidente Dilma Rousseff. E apontou suas perspectivas: “Não creio em veto. O projeto não é inconstitucional, é uma sinalização política e técnica que não impinge em acréscimo de salário. Os servidores concursados dessas áreas já estão atuando, mas precisam ter o papel reforçado e valorizado, como ocorre com outras carreiras no serviço público.” Por seu empenho e compromisso para que se alcançasse essa vitória na CCJ, Jucá foi agraciado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) com o prêmio Personalidade Profissional em Engenharia 2013. Ele é categórico: “Os engenheiros e arquitetos são muito importantes para o País, que precisa de infraestrutura logística, de ampliar seu crescimento, e tem nessas carreiras técnicas uma base importante. Aprovamos e reconhecemos essas carreiras dentro do setor público, que serão consideradas típicas de Estado. Portanto, é um fortalecimento de seu papel no setor público, o que tem impacto imediato nas condições de trabalho.”

Visão que vai ao encontro da necessidade apontada no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006 e atualizado desde então, de se garantir mais e melhores engenheiros ao desenvolvimento nacional sustentável. Segundo afirmou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP e da federa-

ção, a falta de valorização profissional dificulta a consolidação desse cenário e para reverter tal quadro, a aprovação do projeto é fundamental. A introdução da carreira de Estado para engenheiros é uma forma de dotar as administrações públicas dos profissionais necessários ao desempenho de suas atividades, seguindo exemplos como o da China, cuja expansão econômica vem sendo marcante, que mantém no setor público grande contingente desses profissionais.

Em reportagem publicada em 2013 no jornal *Engenheiro*, da FNE, o autor do projeto, deputado federal José Chaves (PTB-PE), que é engenheiro civil, observou que o projeto deveria atrair a atenção do gestor público para a necessidade de contratar mais profissionais e estruturar melhor as áreas técnicas. “Assim, teremos condições adequadas de fazer mais estudos e projetos, em quantidade e melhor qualidade”, afirmou. Passando ao *status* de carreiras típicas de Estado, explicou o parlamentar na reportagem, os profissionais, se forem servidores públicos estáveis, têm direito a garantias especiais contra a perda dos seus cargos. “Atualmente, diplomatas e servidores de carreiras jurídicas, de auditoria e de gestão governamental, entre outras, têm esse benefício.”

No mesmo texto, o presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal (Anseaf), José Roberto Senno, destacou que o projeto não significará qualquer ônus aos governos. “Cria apenas um *status* para o profissional”, observou, informando que hoje existem 16 carreiras típicas de Estado, como a do advogado. Ele

lembrou que a engenharia é uma atividade que está presente na administração pública desde a Independência do Brasil.

O vice-presidente da FNE, Carlos Abraham, acompanhou a votação na CCJ, juntamente com o diretor do SEESP, Celso Atienza. Destacando a importância do projeto inclusive ao controle de gastos em obras públicas, esse último frisou: “Estão sendo feitas gestões pela sua sanção. A FNE pediu audiência à Presidente da República.”

## Histórico

O PLC foi apresentado em 16 de abril de 2013. Objeto de audiências públicas na Câmara dos Deputados, em que a FNE esteve presente, havia sido aprovado em 7 de agosto do ano passado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, com relatoria da senadora Ana Amélia (PP-RS). Antes, em 15 de julho, os dirigentes da federação puderam destacar a relevância da matéria em reunião com essa parlamentar. O tema foi também objeto de correspondência enviada em 12 de agosto à presidente Dilma Rousseff, na qual a entidade salientava a importância de se valorizar os engenheiros brasileiros – o que foi reiterado pelo SEESP junto aos diversos candidatos a cargos majoritários nas últimas eleições gerais. “É preciso dar esse passo fundamental para a organização do Estado e da mão de obra imprescindível ao seu funcionamento”, disse Pinheiro à época.

Colaborou Rosângela Ribeiro Gil

*Projeto que institui carreira de Estado à categoria foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa legislativa e segue agora para sanção presidencial.*



Por oito votos a seis, CCJ do Senado aprova Projeto de Lei nº 13/2013 em sessão no dia 5 de novembro.



**CHEGAR LÁ É MAIS QUE TER UMA SALA SÓ SUA.  
É NÃO ESTAR PRESO A SALA NENHUMA.**

REFERÊNCIA PARA SUA CARREIRA.  
REFERÊNCIA PARA SUA VIDA.

**Cursos de MBA em:**

**Comércio Exterior, Negócios Imobiliários, Projetos, Petróleo e Gás,  
Tecnologia da Informação, Gestão Ambiental, Gestão Empresarial,  
Finanças, Gestão de Pessoas, Logística e Marketing.**

 **STRONG**  
Educacional

CONVENIADA

**MBA**  **FGV**

Santos | Santo André | São Caetano | Osasco | Alphaville

[www.strong.com.br/fgv](http://www.strong.com.br/fgv)

## Cursos

### SANTOS

*Universidade Santa Cecília (Unisanta)*

Site: [www.unisanta.br](http://www.unisanta.br)

E-mail: [cursospos@unisanta.br](mailto:cursospos@unisanta.br)

Telefone: (13) 3202-7114

#### • Engenharia de Segurança no

**Trabalho.** A pós-graduação pretende habilitar para o exercício profissional na área, de acordo com a Lei Federal nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, o Decreto Federal nº 92.530, de 9 de abril de 1986, e a Resolução nº 359/91 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), e despertar o raciocínio lógico dedutivo, proporcionando aos egressos conhecimentos suficientes para desenvolvimento das suas atribuições. Com carga total de 688 horas (equivalente a 18 meses), o curso começará em março de 2015, com aulas às terças, quartas e quintas-feiras, das 19h às 23h. Preço: matrícula de R\$ 650,00 mais 17 parcelas no mesmo valor.

### SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

*Universidade Estadual Paulista (Unesp)*

Site: [www.unesp.br](http://www.unesp.br)

E-mail: [pos@ibilce.unesp.br](mailto:pos@ibilce.unesp.br)

Telefone: (17) 3221-2444

#### • Mestrado em Ciência da

**Computação.** Estão abertas até 28 de novembro as inscrições para o processo seletivo 2015 do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação (PPGCC) da universidade (mestrado). São 48 vagas. Destina-se sobretudo a graduados em cursos da área de Computação ou afins (Engenharia Elétrica, Matemática etc.). O programa apresenta quatro linhas de pesquisa: Arquitetura de computadores e sistemas distribuídos; Engenharia de *software* e banco de dados; Processamento de imagens e visão computacional; e Matemática e inteligência computacional. Mais informações em <http://goo.gl/mwdhcp>. Taxa de inscrição: R\$ 53,00.

### SÃO PAULO

*Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo (Ibape-SP)*

Site: [www.ibape-sp.org.br](http://www.ibape-sp.org.br)

E-mail: [secretaria@ibape-sp.org.br](mailto:secretaria@ibape-sp.org.br)

Telefone: (11) 3105-4112

• **Avaliação de terrenos urbanos pelo método involutivo vertical.** O curso, com carga total de 24 horas, será realizado em 27, 28 e 29 de novembro, das 13h às 22h, nos dois primeiros dias, e das 8h30 às 17h30, no último. A atividade tem como objetivo apresentar ferramenta para avaliação de terrenos urbanos ou lotes, em casos de pequenas amostragens com dados coletados insuficientes e efetivamente utilizados. Nessa situação, sendo incompleta ou incabível a aplicação do método comparativo, quer por suas dimensões e áreas, quer pelo seu aproveitamento, utiliza-se o modelo conhecido como método involutivo vertical. Valores: R\$ 924,00 para sócios do instituto e R\$ 1.342,00 para os demais interessados.

*Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA)*

Site: [www.aea.org.br](http://www.aea.org.br)

E-mail: [cursos@aea.org.br](mailto:cursos@aea.org.br)

Telefone: (11) 5908-4039

• **Projeto de produto ambientalmente amigável.** O curso objetiva introduzir a avaliação de ambiente de projeto e a tomada de decisões no que diz respeito ao impacto ambiental com foco na concepção de produto, escolha de materiais, processos e nas tendências de normativas e legislações de proteção ambiental. Com carga total de 16 horas, a atividade será realizada nos dias 27 e 28 de novembro, das 8h30 às 17h30, no anfiteatro da Universidade Paulista (Unip), na Rua Dr. Bacelar, 1.212, Vila Clementino, São Paulo/SP. Valores: R\$ 320,00 (estudantes), R\$ 1.035,00 (sócios da associação) e R\$ 1.350,00 (não sócios).

# Iluminação pública sob gestão municipal

A PARTIR DE 1º de janeiro de 2015, conforme resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os serviços de manutenção do sistema de iluminação pública deixarão de ser executados pelas concessionárias de distribuição de energia, excetuando-se os casos em que decisão judicial impeça a transferência dos ativos de iluminação pública para o município.

Com o objetivo de esclarecer diversos pontos que têm causado preocupação com relação a essa medida, o SEESP e o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) realizam seminário sobre o tema no dia 26 de novembro, das 9h às 17h. Entre as questões, aspectos formais da transferência de ativos; condições dos equipamentos de iluminação pública a serem transferidos e o que fazer no caso de necessidade de adequações; e como alguns municípios têm se organizado para assumir o novo papel como responsáveis pelo serviço de iluminação pública. A atividade será no auditório do sindicato (Rua Genebra, 25, Bela Vista, São Paulo/SP). Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3113-2641 ou e-mail [sindical@seesp.org.br](mailto:sindical@seesp.org.br). Confira a programação completa em <http://goo.gl/jx0WaA>.





## Adeus a Fernando Menezes

O SEESP lamenta o falecimento, no dia 5 de novembro, do 1º vice-presidente de sua Delegacia Sindical em Barretos, Fernando Carlos Souza Menezes. Ele tinha 48 anos de idade e estava internado após acidente de moto. Engenheiro eletricista e de segurança do trabalho, Menezes foi gerente de operações do Shopping Barretos, do Plaza Shopping Itu e, atualmente, era assessor especial do presidente da Kia Motors do Brasil.



Fernando Carlos Souza Menezes era vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Barretos

## Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, além de cadastramento de currículos e vagas. Para se candidatar, acesse <http://goo.gl/eX7Wpq>. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2670.

## Murilo Pinheiro é reeleito presidente da CNTU



Profissionais votam em pleito que elegeu diretoria da confederação para gestão 2015-2018, a qual terá à frente Murilo Pinheiro.

Em pleito realizado no dia 13 de novembro, Murilo Celso de Campos Pinheiro foi reconduzido ao cargo de presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU). A posse da diretoria se dará em janeiro próximo, para a gestão 2015-2018. Pinheiro está ainda à frente do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE).

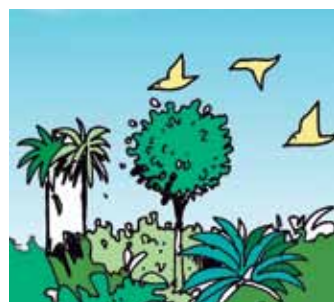
## Taubaté realiza palestras técnicas



A Delegacia Sindical do SEESP na cidade realiza duas palestras neste mês de novembro. No dia 20, a partir das 19h, o tema será “Resistência em degraus de polipropileno para ambientes agressivos”, com Norival Varanelli e Leonardo Varanelli. A última atividade, também às 19h, ocorrerá no dia 27 e abordará os “Sistemas de bombeamento por bombas verticais JTS e submersíveis XFP em sistemas fixos e flutuantes e elevatórias compactas de baixa vazão”, com o engenheiro mecânico José Donizete dos Santos. Mais informações pelo telefone (12) 3633-5411 ou pelo e-mail [taubate@seesp.org.br](mailto:taubate@seesp.org.br). A sede da delegacia fica na Rua Venezuela, 271.

## VII EcoSP acontecerá em abril de 2015

Em sua sétima edição, o Encontro Ambiental de São Paulo (EcoSP), promovido pelo SEESP e Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), ocorrerá em abril de 2015, no Novotel São Paulo Center Norte, na Capital. O evento consolida-se como importante fórum à discussão sobre o tema premente do desenvolvimento sustentável. Carlos Alberto Guimarães Garcez, vice-presidente do SEESP e um dos idealizadores do evento, observa que a engenharia é peça-chave nesse debate. Mais informações sobre o VII EcoSP no [site www.ecosp.org.br](http://www.ecosp.org.br).



## Oportunidade de estágio

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) abriu processo de seleção para 112 vagas de estágio remunerado a estudantes de cursos de níveis superior e técnico de diversas áreas profissionais. As inscrições podem ser realizadas até dia 23 de novembro. Os estágios serão realizados na sede do IPT/SP (no *campus* da Cidade Universitária) e nas filiais das cidades de São José dos Campos e de Franca. No ato

da contratação, os candidatos devem estar matriculados no ano especificado no aditivo.

O processo seletivo será realizado em duas etapas: conhecimentos específicos e entrevista técnica. O conteúdo programático das avaliações obedecerá ao estabelecido nas diretrizes curriculares determinadas pelo Ministério da Educação (MEC) para cada curso. Mais informações em <http://goo.gl/sgPiBX>.

## Acordo com a Valec

O SEESP assinou em 20 de agosto o Acordo Coletivo de Trabalho 2014-2015 com a Valec. Além de reajuste salarial de 6,28%, vale destacar a manutenção de todos os direitos específicos dos engenheiros oriundos da ex-Fepasa. A data-base é 1º de maio.



## Articulação internacional por democratização da mídia

Movimentos sociais discutiram, na sede do SEESP, na Capital, no dia 7 de novembro, os temas que devem ser levados para o Fórum Mundial de Mídia Livre na Tunísia, em março de 2015. O encontro ocorrerá em meio ao Fórum Social Mundial, entre 25 e 29 do mesmo mês.

Além de abordar a importância de a democratização dos meios de comunicação ser tratada como um tema global, a atividade visa apro-

var a Carta Mundial de Mídia Livre. O documento a nortear os princípios e ações em prol de uma mídia livre já vem sendo discutido e elaborado. Até o final do ano, o texto atual será colocado em consulta pública. Coordenadora da Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada, Rita Freire defendeu essa articulação e apontou a importância de as diversas organizações da sociedade civil brasileira se apropriarem do tema estratégico.



Organizações da sociedade civil brasileira discutem mídia livre em seminário na sede do sindicato, na Capital.